

As crianças na paisagem brasileira: estudos de Geografia da Infância¹

Jader Janer Moreira Lopes
Graduado em Geografia-
Doutor em Educação
Universidade Federal
Fluminense. Faculdade de
Educação – Bloco D – Sala
210, Campus Gragoatá, São
Domingos, Niterói.
CEP 24020 200 - Brasil
e-mail: jjaner@uol.com.br

Introdução:

“Creo Senhor que com estes dous degradados que aquy ficam. ficam mais dous grumetes que esta noute se saíram desta naao no esquife em terra fogidos, os quaaes não vierã majs e creemos que ficaram aquy por que demanhaã prazendo adeus fazemos daquy nosa partida.”
(Carta de Pero Vaz de Caminha)

A epígrafe que abre esse texto faz parte do trecho final da carta de Pero Vaz de Caminha (Lima, 1965.p. 109), escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, escrita ao rei D. Manuel, em 1500, suas palavras narram a fuga de dois grumetes para as terras que mais tarde configurariam o Brasil.

Presença comum nas embarcações portuguesas, os grumetes faziam parte do universo de crianças que compunham as travessias oceânicas e deslocavam-se para diferentes áreas da superfície terrestre.

Recrutadas entre as famílias mais pobres de Portugal, aos grumetes cabiam fazer diversos trabalhos nas naus. Muitas vezes alojados a céu aberto, com uma porção alimentar de baixa qualidade e escassa, castigados constantemente por outros tripulantes, assolados por doenças, essas crianças eram as que mais sofriam

¹ Esse texto faz parte do relatório parcial da pesquisa “Produção do território brasileiro e produção dos territórios de infância: por onde andam nossas crianças.” Desenvolvida no Núcleo Multidisciplinar de Pesquisa, Extensão e Estudos de Crianças de 0 a 06 anos – NUMPEC e do Laboratório de Ensino de Geografia – LEGEO da Universidade Federal Fluminense – Brasil. A pesquisa contou com bolsa PIBIC/CNPQ.

no duro trabalho de seus cotidianos, como pode ser percebido na transcrição a seguir:

A condição de inferioridade dos grumetes pode ser percebida, ainda, em outros momentos da história das navegações, como no rebaixamento de um piloto para essa condição, ao apresentar deficiências em suas funções. Por receber os piores castigos, caso contrariassem a ordem pré estabelecida, como ocorre a respeito da punição imposta por Colombo aos marinheiros que desmentissem que a ilha de Cuba é uma parte do continente asiático: “(...) sob pena de dez mil maravedis (moeda espanhola) para quem dissesse depois o contrário do que agora se dizia, e a cada vez, em qualquer tempo; sob pena também de ter a língua cortada, e, para os grumetes e gentes dessa espécie, que nesse caso lhes sejam dadas cem chicotadas e que lhes cortem a língua.” Ou ainda por terem sua representação associada ao imaginário negativo da época, como aparece no relatos referentes aos rituais presentes nas viagens, tais o que ocorria na travessia do Equador, uma região que povoava o fértil imaginário europeu da época, quando de sua passagem eram “abolidas as barreiras entre o capitão e o restante da tripulação (...) [e] Era netuno quem presidia o ritual pagão, representado por um tripulante que subia do mar para o navio pela proa –vestido de branco, com longas fitas de madeira no lugar de cabelos, coroadado e com um tridente na mão, rodeado por dois tristões (...) ou com um séquito de seis pequenos grumetes que representavam o demônio(...)” (Lopes in Vasconcellos, 2005)

As rotinas vividas pelos grumetes nos remete para algumas reflexões significativas: a primeira refere-se a realidade vivenciadas pelas crianças e suas infâncias em diferentes espaços e tempos, e a segunda para a presença de crianças na construção e produção do território brasileiro.

É nos liames dessas afirmativas que essa pesquisa se insere. O seu objetivo central é buscar compreender e mapear os territórios de infância e suas interfaces com a produção do espaço brasileiro, a partir da ótica dos diferentes agentes produtores do espaço e na de ótica das próprias crianças, que também são, elas mesmas, agentes nesse processo.

Para atingir seus objetivos, esse projeto apresenta uma amplitude que nos faz trabalhar com diversas fontes, sujeitos e etapas de pesquisa, entre elas destacamos: a busca documental que pretende levantar os diferentes territórios de infância pensados e gestados ao longo da história brasileira e fornecer subsídios para um

diálogo com os projetos contemporâneos; entrevistas, análises de projetos, documentos, estratégias e ações implementadas ou não, onde buscaremos mapear os espaços de infância na perspectiva dos diferentes agentes produtores do espaço (poder público, setor privado, organização não governamentais, entre outros) e na perspectiva das próprias crianças.

As cidades escolhidas para o seu desenvolvimento foram: Niterói, Santo Antônio de Pádua, ambas localizadas no estado do Rio de Janeiro e Juiz de Fora, situada na Zona da Mata de Minas Gerais.

Os dados a seguir apresentam um resumo comparativo entre as três cidades (organizados a partir das informações disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, disponível em www.ibge.gov.br, acessado em 2006):

- **Juiz de Fora:**

- .População residente em 2001 (em habitantes): 456 796

- .População estimada em 2005 (em habitantes): 501 153

- .Pessoas residentes – 0 a 3 anos em 2001 (em habitantes): 27.890

- .Pessoas residentes – 4 anos em 2001 (em habitantes): 7.137

- .Pessoas residentes – 5 e 6 anos em 2001 (em habitantes): 14.668

- .Pessoas residentes – 7 a 9 anos em 2001 (em habitantes): 22.360

- .Pessoas residentes – 10 a 14 anos em 2001 (em habitantes): 39.179

- **Santo Antônio de Pádua:**

- .População residente em 2001 (em habitantes): 38.692

- .População estimada em 2005 (em habitantes): 42.078

- .Pessoas residentes – 0 a 3 anos em 2001 (em habitantes): 2.393

- .Pessoas residentes – 4 anos em 2001 (em habitantes): 667

- .Pessoas residentes – 5 e 6 anos em 2001 (em habitantes): 1.285

.Pessoas residentes – 7 a 9 anos em 2001 (em habitantes): 2.002

.Pessoas residentes – 10 a 14 anos em 2001 (em habitantes): 3.376

- **Niterói:**

.População residente em 2001 (em habitantes): 459.451

.População estimada em 2005 (em habitantes): 474.046

.Pessoas residentes – 0 a 3 anos em 2001 (em habitantes): 24.903

.Pessoas residentes – 4 anos em 2001 (em habitantes): 5.664

.Pessoas residentes – 5 e 6 anos em 2001 (em habitantes): 13.126

.Pessoas residentes – 7 a 9 anos em 2001 (em habitantes): 17.998

.Pessoas residentes – 10 a 14 anos em 2001 (em habitantes): 32.911

O primeiro momento desse trabalho foi a confecção de mapas², tendo como referência central a observação direta dos pesquisadores em campos previamente escolhidos. Esses mapas permitiram cartografar os principais locais onde as crianças se encontram e concentram nessas cidades. Para tal lançou-se mão de técnicas da cartografia tradicional, onde foi possível mapear onde as crianças mais vivenciavam suas atividades de crianças, nesses espaços produzidos pelo mundo adulto.

Partindo do centro oficial de cada cidade e respeitando seu norte geográfico, traçou-se retas nas direções dos pontos cardeais e colaterais, essas linhas serviram de base para a escolha dos bairros onde ocorreria o trabalho de campo, independente das características sócio-econômicas de seus moradores.

Uma vez em campo, ocorreu a observação direta. A utilização de croquis possibilitou marcar os lugares onde as crianças se encontravam. Buscou-se fazer a

² Além da produção dos mapas, na primeira parte dessa pesquisa ocorreu também um estudo dos documentos oficiais que abordam a organização espacial das cidades pesquisadas, no intuito de verificar se esses trazem temas referentes às crianças e suas infâncias, como nesse texto priorizou-se dar ênfase à presença das crianças na paisagem brasileira, não faremos referências a tais documentos.

observação sem a interferência do pesquisador nos movimentos das crianças. Foram consideradas crianças sozinhas ou acompanhadas de adultos.

O único critério utilizado para a determinação dos locais que comporiam os mapas finais era de que esses espaços acolhessem as crianças em situação “pausa”. A idéia de “pausa” aqui expressa, não nega o movimento das crianças, suas atividades e atitudes frente ao mundo, mas a condição de aproximação com o local, de experimentação do espaço, de ações no mesmo, de “presença”, ou seja, situações que podem ser transcritas como de “atividades de criança”, que desvelem os movimentos rotineiros que marcam os seus cotidianos, configurando suas infâncias.

Podemos perceber assim, diversas “atividades” nas situações de “pausas”, como brincadeiras, conversas, trabalho, entre tantas outras, que possibilitam a constituição de identidades, de lugares e territórios, e que configuram a presença das crianças na paisagem brasileira, como abordaremos a seguir.

As crianças e suas infâncias: presenças nos diferentes espaços e tempos

Os meninos carvoeiros
Passam a caminho da cidade.
- Eh, carvoero!
E vão tocando os animais com um relho enorme.

Os burros são magrinhos e velhos.
Cada um leva seis sacos de carvão de lenha.
A aniagem é toda remendada.
Os carvões caem.

(Pela boca da noite vem uma velhinha que os
recolhe, dobrando-se com um gemido).

- Eh, carvoero!

Só mesmo estas crianças raquítica
Vão bem com estes burrinhos descadeirados.
A madrugada ingênua parece feita para eles . . .
Pequenina, ingênua miséria!
Adoráveis carvoeirinhos que trabalhais como se
brincásseis!

- Eh, carvoero!

Quando voltam, vêm mordendo num pão encarvoado,
Encarapitados nas alimárias,
Apostando corrida,
Dançando, bamboleando nas cangalhas como
espantalhos desamparados.
Manuel Bandeira

O poema meninos carvoeiros, de Manuel Bandeira, foi escrito em 1921, deslocado no tempo mantém sua atualidade ao demonstrar a presença de crianças na produção do espaço brasileiro, além disso, demonstra que nem todas as crianças vivem suas infâncias da mesma forma, representando diferentes inserções na constituição social do Brasil.

Segundo os estudos clássicos de Áries (1981, p. 10) era uma marca da sociedade européia na idade média e no início da modernidade, a ausência de um sentimento de infância, como pode ser percebido em suas palavras:

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança, então, mal adquiria um desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude(...)

Para Ariès o sentimento de infância começa a existir a partir das mudanças sociais, econômicas, religiosas e políticas ocorridas nas sociedades europeias ao final do século XVII, emergindo em conjunto com a organização da sociedade burguesa, pautada nos ideais do liberalismo, que lentamente acarretam uma série de modificações, tais como: a convivência social passa do espaço público para o privado; a necessidade de intimidade e privacidade encontra na reorganização da família um caminho para o distanciamento da coletividade; ocorre a construção e desenvolvimento do mito do amor materno e paterno; entre outros. Nessas modificações ocorre um novo olhar sobre as crianças e constrói-se uma perspectiva de infância, inexistente até então.

As pesquisas de Àries reuniram em torno de si, pontos de vista convergentes e divergentes; autores como Darnton (1988, p. 47) afirmam que na Idade Média “(...) ninguém pensava nelas [crianças] como criaturas inocentes, nem na própria infância como fase diferente da vida, claramente distinta da adolescência, da juventude e da fase adulta por estilos especiais de vestir e de se comportar”; outros como Sarmiento & Pinto (1997, p. 35) chegam a afirmar que mesmo a ausência de um sentimento de infância em séculos passados, não correspondeu ao seu negligenciamento, pois “uma coisa é a existência da idéia de infância e outra é a afeição pelas crianças”. Heywood (2004, p. 24) critica severamente a fragilidade da metodologia utilizada por Áries, baseada, sobretudo, na iconografia da época, de onde pode afirmar que “até o século XII, a arte medieval não tentou retratar a infância, indicando que ‘não havia lugar’ para ela em sua civilização.”

Uma leitura reducionista da obra de Áries pode nos levar à conclusão de que foi na Europa que surgiu o primeiro sentimento de infância e que este sentimento não existiria em outras sociedades em diferentes espaços e tempos, porém pesquisas etnográficas têm demonstrado que diversas comunidades já marcavam um lugar social para suas crianças fazendo-nos rever essa concepção, pois como afirma Nunes (2002, p. 65-6):

Já é possível (...) descortinar um vasto campo de debate, que carece de mais e mais etnografia produzida dentro e fora do contexto europeu, urbano e globalizado, de modo que se favorecesse a análise comparativa. Afinal, não devemos querer repetir um erro do passado, a saber, que o conhecimento construído pela infância seja apenas o das sociedades dominantes, e que o entendimento de todas as outras parta da aplicação desse modelo, sem o questionar, perpetuando-se

assim a hegemonia de um padrão de “criança” ocidental e etnocêntrico. Pelo contrário, o que nos interessa é desconstruir esse modelo.

Das contradições expostas em torno do pensamento de Áries, podemos recolher a idéia da infância como uma constituição social, como uma representação elaborada socialmente pelas diversas comunidades em diferentes épocas e lugares. Assim podemos afirmar que existe uma estreita ligação entre a vivência da infância e o local onde ela será vivida e que as crianças, ao apropriarem-se dessas dimensões, reconfiguram-na, as reconstroem (...) (Lopes& Vasconcellos, 2005)

Nessa perspectiva, as crianças ao vivenciarem suas infâncias, presentificam suas presenças nas diversas paisagens que configuram o mosaico da superfície terrestre e como sujeitos que possuem histórias e geografias, atuam na organização do espaço, na produção de territórios e lugares.

Essas premissas nos remetem para alguns conceitos-chaves da Geografia, como os de paisagem e de território, à sua associação com a idéia de infância e de ações das crianças, para deles traçarmos algumas considerações achadas no campo.

Ao abordar a concepção de paisagem HOLZER (1997, p.81) afirma que :

A geografia tem um termo que me parece muito mais rico e apropriado para seu campo de estudo. Esta palavra incorpora ao suporte físico os traços que o trabalho humano, que o homem como agente, e não como mero espectador, imprime aos sítios onde vive. Mais do que isso, ela denota o potencial que um determinado suporte físico, a partir de suas características naturais, pode ter para o homem que se propõe a explorá-lo com as técnicas de que dispõe. Este é um dos conceitos essenciais da geografia: o conceito de ‘paisagem’.

Segundo Santos (2004, p. 103): “Paisagem e espaço não sinônimos. A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.” E continua: “A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal.” (idem, p. 103). Tentando marcar as diferenças entre espaço e paisagem, o autor utiliza um exemplo que as explicitam:

Durante a guerra fria, os laboratórios do Pentágono chegaram a cogitar a produção de um engenho, a bomba de nêutrons, capaz de aniquilar a vida humana em uma dada área, mas preservando todas as construções. O presidente Kennedy afinal renunciou a levar a cabo esse projeto. Senão o que na véspera seria ainda espaço, a pós a temida explosão seria apenas paisagem. Não temos melhor imagem para mostrar a diferença entre esses dois conceitos. (idem, p. 106)

Maximiniano (2004, p. 90) corrobora com essas idéias, ao colocar:

(...) como objeto de interesse da pesquisa, a paisagem pode ser entendida como o produto das interações entre elementos de origem natural e humana, em um determinado espaço. Estes elementos de paisagem organizam-se de maneira dinâmica, ao longo do tempo e do espaço. Resultam daí feições e condições também dinâmicas, diferenciadas ou repetidas, o que permite uma classificação, ao agrupar-se os arranjos similares, separando-os dos diferentes. No todo forma-se um mosaico articulado. Esse processo poderá ser tão detalhado ou amplo, quanto o interesse do observador.

Essas assertivas nos levam ao fato de que a paisagem, as formas presentes na superfície terrestre são reveladoras, numa primeira instância, das relações espaciais ocorridas em determinados grupos sociais, pois elas “guardam” em sua materialidades os processos que animam as sociedades.

Desta maneira, as paisagens, as formas que configuram as diferentes sociedades, apesar de materialmente edificadas, estaticamente configuradas e percebidas sempre na presença de alguém, são dimensões básicas que desvelam os processos sociais. Através de seus objetos, de suas funções, dos arranjos que as compõe podemos inferir as dinâmicas que constituem temporalmente e espacialmente um grupo social, pois o “simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma-conteúdo.” (Santos, 2004, p. 109).

Um outro conceito essencial da Geografia que necessita de distinção é o de território. Para Souza (1995, p. 78-9) a idéia de território está sempre traspassada pela noção de poder, em suas palavras:

O território (...) é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*. A questão primordial, aqui, não é na realidade, *quais são as características*

geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...) mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Este Leitmotiv traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço e como?

Haesbaert (2004) explicita que a diversidade conceitual sistematizada ao longo da constituição da palavra território serve de indícios para desvelar o jogo de interesses aí presente. O autor atenta para origem latina do termo: "(...) territorium em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino terra, e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado jus terrendi (...), como pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa" (p.32). Ao desdobrar a noção do "jus terrendi" romano, comenta que este se confundia com o "direito de aterrorizar" e declara a grande proximidade etimológica presente entre terra-territorium e terreo-territor.

Essa acepção acabou por constituir-se, inicialmente, uma perspectiva tradicional e materialista, calcada nos recursos naturais presente em um determinado espaço; onde o território teria, necessariamente, uma aproximação com suas bases físicas e que associadas a outros atributos (como as atividades políticas, por exemplo) estabeleceriam a existência de três dimensões que o identificaria: dominação, área, limite.

A íntima associação entre território e política remete-se, inevitavelmente, para a associação entre território e estado-nação, que seria a marca fundamental da organização espacial do mundo moderno. A superfície terrestre seria um contíguo encontro de diferentes estados-territórios, delimitados por suas fronteiras e limites, gerenciados por seus governos e legislações, organizados a partir das interações econômicas, comerciais ou políticas, que estabeleceriam uma ordem mundial. Essa ordem variaria no tempo, definidas a partir das amarrações geopolíticas e determinadas com a emergência de diferentes pólos de poder.

Esse modelo de organização territorial também se faria presente em outros níveis ou dimensões do espaço, repetindo-se o padrão em diferentes escalas, como

a de estados internos ou províncias de um país, ou núcleos urbanos formalizados como território a partir de suas prefeituras e câmaras municipais.

Os processos identitários seriam responsáveis pela coesão interna das fronteiras, a partir de estabelecimento de regras, símbolos, linguagens e visões de mundo comuns. Esses implicariam a demarcação de alteridades, constituindo limites entre diferenças, reforçados pela diversidade existente nos demais territórios, o que tornaria possível o processo de territorialização, de identificação e o sentido de pertencimento para todo o grupo. Nessa ótica, muitas vezes, a idéia de identidade cultural se encontraria com a de identidade nacional, estadual ou até mesmo municipal, dependendo da escala de interesses envolvidos.

Lefebvre (1978) aponta a importância do estado, especialmente o estado capitalista, como um dos agentes hegemônicos na produção do espaço, organizado segundo a lógica do capital, gestado para sua reprodução e manutenção, se estenderia também no plano das representações.

Apesar da associação entre identidade e estado-nação, tal acepção não pode ser reduzida a esse estreito encontro, pois a elaboração de identidades nem sempre está colada à de um território oficialmente existente; há processos de rupturas, distanciamentos e diferentes inserções nos espaços.

A produção do espaço envolve, portanto, a produção de diferentes territórios, que se encontram, se sobrepõem, se divergem e que existem em diferentes escalas e características, indo desde os territórios oficialmente estabelecidos, como as fronteiras nacionais, estaduais e/ou municipais às configurações subjetivas dos diversos grupos que nelas habitam.

Os territórios têm, assim, em suas materialidade um caráter semiótico na medida em que se estabelecem como símbolos, e devem ser analisados como uma teia de significados que ao ser construída por um determinado grupo social, também o constrói.

Haesbaert e Limonad (1999, p. 10) sintetizam essas idéias ao afirmarem que a noção de território deve partir dos seguintes pressupostos:

- . primeiro é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos (...) o segundo é muito mais amplo que o primeiro.
- . o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que

envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, *natureza*);

. o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que propomos dominar de *consciência, apropriação subjetiva* ou mesmo, em alguns casos, *identidade territorial*, e uma dimensão mais objetiva, que propomos denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação política-econômica.

Esse espaço tornado território pelas relações de apropriação e dominação social é constituído ao mesmo tempo por pontos e linhas *redes* e superfícies ou áreas *zonas*³.

Partindo das idéias expostas até aqui e relacionando-as com as idéias de criança e infância, podemos afirmar “que toda criança nasce num certo momento histórico, num certo grupo cultural, num certo espaço, onde estabelece suas interações sociais e constrói sua identidade (Lopes e Vasconcellos, 2005, p. 39).

Os diferentes feixes culturais presentes em cada sociedade, tornam a infância um construto social, uma representação existente nas diferentes sociedades, demarcando assim uma diferença entre infâncias e crianças; se entendemos as crianças como sujeitos reais, que possuem histórias e geografias, e que portanto são portadoras de cultura e a infância como uma representação social, podemos inferir que:

(...) **toda criança é criança de um local**; de forma correspondente, **para cada criança do local existe também um lugar de criança**, um lugar social designado pelo mundo adulto e que configura os limites da sua vivência; ao mesmo tempo **toda criança é criança em alguns locais dentro do local**, pois esse mesmo mundo adulto destina diferentes parcelas do espaço físico para a materialização de suas infâncias. (Lopes e Vasconcellos, 2005, p. 39)

Assim, na produção de seu espaço as sociedades constroem formas (configurações materiais), cujas funções seriam destinadas para suas crianças. Há, portanto, na configuração das paisagens, na estrutura ou organização espacial, locais destinados para as crianças, gestados por diferentes agentes produtores do espaço e que só podem ser compreendidos a partir das representações de infâncias que pré-existem nessas sociedades.

Nessa pesquisa, podemos observar diversos locais, cujas formas e objetos aí situados nos aproximam de uma idéia de infância, como por exemplo, os parques

³ Grifos dois autores.

existentes nas cidades, nos condomínios fechados, nos shopping centers, os brinquedos presentes nas diversas praças espalhadas pelo espaço urbano das três cidades, como aparece na transcrição a seguir:

O ponto C corresponde a uma praça situada no centro da cidade, é um amplo espaço, muito arborizado, possui um parque infantil com gangorras, vai-e-vem, uma torre com uma ponte móvel e um escorregador, tudo rodeado por areia. Na praça aparecem muitos vendedores de sorvetes, pipocas, algodão-doce, balões, churros e outros alugando camas elásticas para as crianças pularem por um tempo pré-determinado, alguns brinquedos infláveis também foram observados e são pagos. Há um número significativo de crianças, a maior parte acompanhadas de adultos. (Nota de campo, 2006)

Observamos ainda ações dos diversos agentes sociais que configuram paisagens momentâneas de infância:

É comum eventos promovidos pelo poder público e outras entidades (privadas, ongs) nessa área, inclusive destinados ao público de menor idade. É comum também a presença de exposições de artefatos que marcam determinadas datas comemorativas ou significativas, como a montagem de casa do “Papai Noel” na época do natal, o que produz uma paisagem de infância efêmera. (Nota de Campo, 2006).

Ou ainda a atribuição de funções de infância a determinados espaços, que tiveram originalmente outra perspectiva, como transcrito a seguir:

Uma imagem interessante, observada, sobretudo nos bairros de classe média, é a presença de objetos de infância nas sacadas dos prédios, quase sempre acompanhada de uma tela protetora, vimos casas de plástico, brinquedos espalhados e outros artefatos, que dão outro sentido a esse estreito pedaço de concreto que se projeta dos apartamentos. (Nota de campo, 2006)

Dessa forma, existem nas paisagens das três cidades, formas e objetos cujas funções partem de ações construídas a partir do mundo adulto, em seus diferentes setores (sejam públicos, sejam privados e outros) e destinam-se para crianças e suas vivências da infância. Porém, observou-se também que:

As crianças, ao apropriarem-se desses espaços e lugares, reconfiguram-nos, reconstróem-nos e, além disso, apropriam-se de outros, criando suas territorialidades, seus territórios usados. A isso chamamos **territorialidades de crianças**, das **geografias** construídas pelas crianças. (Lopes e Vasconcellos, 2005, p. 39)

Foi, assim, que pode se perceber determinadas parcelas do espaço urbano existente nas cidades pesquisadas, tornarem-se lugares de crianças, locais cujas funções originais não foram gestadas para elas, mas que sofreram apropriações e tornarem espaços de suas presentificações.

Os estornos das escolas, onde haviam sempre crianças brincando, correndo, conversando ou fazendo outras ações:

O ponto A é um local próximo a uma escola pública. Observaram-se aí crianças desenvolvendo várias atividades, tanto nas ruas próximas quanto no espaço imediato da instituição, as mais comuns foram: brincadeiras de pegar um ao outro, piques, brincadeiras envolvendo personagens da televisão, desafios (como conseguir se equilibrar em dois caules de uma vegetação e girar no ar) e situações de desentendimentos. (Nota de Campo, 2006)

As áreas gramadas de jardins, onde foi comum observar brincadeiras diversas, como piques e jogar bola:

Em suas ações, todo o espaço das praças costumam ser apropriados, inclusive aqueles vedados, como os locais que possuem grama, que muitas vezes tem a preferência das crianças, pois transformam em ótimos campos para o futebol ou outras brincadeiras de correr. (Nota de campo, 2006)

As ruas, as galerias que se transformam em lugares de brincar, de vender balas, ou até mesmo de malabarismo, em troca de alguns centavos que ajudam na sobrevivência:

A ampla avenida, por onde trafegam diversos carros é um local comum de ações das crianças, pode-se observar ai meninos e meninas vendendo todos os tipos de balas, como também dois garotos que em cima de um grande rolo de madeira, jogavam bastões para o alto fazendo malabarismo, apropriando-se não só daquele espaço, mas do tempo do sinal fechado, em troca de alguns trocados. (Nota de campo, 2006)

Todas essas transcrições são situações que exemplificam o exposto anteriormente.

É nessa perspectiva que podemos falar em territórios de infância, pois a construção da noção de infância em cada sociedade envolve sempre um conjunto de negociações, de embates, de aproximações e rupturas que implica a ação das crianças, dos adultos, das instituições, dos diversos segmentos sociais presentes em um grupo, que fazem da infância seu espaço de atuação e representação.

A necessidade de uma distinção epistemológica entre crianças e infâncias, entre territórios de infância e territórios de crianças, nos coloca diante da idéia da idéia de espaços de infância e espaços de crianças, e de suas existências enquanto metáforas constantemente materializadas nos encontros estabelecidos entre o mundo adulto e o das crianças e nas tênues fronteiras que as diferenciam dos territórios.

Isso se dá porque na produção dos territórios, dos espaços, as crianças constantemente subvertem a lógica do ordenamento proposto, constituindo o que Moreira (2002) chama de contra espaços.

A produção da espacialidade imbrica interações sociais, que constantemente fogem ao controle do ordenamento previamente pensado e pressuposto na lógica do planejamento, dos objetivos previamente pensados e elaborados, pois a produção do espaço nos remete a própria condição de humanização e de sua condição dialética, onde é constante a idéia de movimento.

É nesse sentido que as crianças ao negociarem suas infâncias com o mundo adulto, o fazem de forma situada, localizada, tornando-se potenciais agentes produtores de espaços, de lugares e territórios.

É nesse sentido que as corriqueiras expressões (Lopes e Vasconcellos, 2005) como “lugar de criança é na escola” ou “a rua não é lugar de criança” e outras do gênero, ao delimitarem espacialmente o que os adultos definem por territórios destinados ou vedados para as crianças, são constantemente subvertidas, reescritos, reordenados, demonstrando que as crianças são sujeitos ativos na sociedade e atuam em todas as suas dimensões.

Considerações Finais:

A confecção dos mapas exploratórios teve como objetivo principal localizar a presença de crianças nas diferentes paisagens das cidades pesquisadas. Podemos perceber diferenças e aproximações entre as três cidades e permitiu reconhecer espaços que se constituem como territórios de crianças, parcelas das paisagens com objetos e formas destinadas para a infância e de maneira significativa, a existência dos territórios de infância.

Todas essas situações foram mapeadas a partir do olhar dos pesquisadores e teve como objetivo inicial fornecer subsídios para as etapas posteriores do projeto e a começar responder à pergunta: por onde andam nossas crianças?

A Geografia é uma ciência que numa instância mais elementar tem sua configuração na idéia da “presença”. Na presença de “um” que inicialmente contemplava e descrevia a superfície terrestre e seus atributos e que lentamente desvelava a existência de formas e de “outros” que ocupavam essas formas. Na presença de “um” e de “outros”, que agora, busca compreender a configuração das paisagens, dos territórios, dos lugares, do espaço e de como esses “uns e outros” participam desses processos. Ver as crianças como mais um (que constantemente teve sua presença negada) que participa nesse processo, na elaboração dessas dimensões sociais, é sem dúvida uma das grandes contribuições que nossa ciência pode trazer para o estudo das crianças e suas infâncias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. 1991. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC.
- DARNTON, Robert. 1986. **O grande massacre de gatos**. Rio de Janeiro: Graal.
- Haesbaert, R.; Limonade, Ester.1997. O território em tempos de globalização, **GeoUERJ** (1), 7-19.
- Haesbaert, Rogério.2004. **O mito da desterritorialização**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- HEYWOOD, Colin. 2004. **Uma história da infância**. Porto Alegre: Artmed.

- HOLZER, W. 1997. Uma Discussão Fenomenológica sobre os Conceitos de Paisagem, Lugar, Território e Meio Ambiente in Território, Rio de Janeiro, n. 3, p. 77-85.
 - LEFEBVRE, H. 1978. **De L'Etat**. Paris: Union Générale.
 - LIMA, Alceu A. et all. 1965. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro: Agir editora.
 - LOPES, Jader Janer M. 2005. **Crianças e jovens em movimento: histórias e identidades no espaço brasileiro** in VASCONCELLOS, Vera M. R. de. **Educação da Infância: História e Política**. Rio de Janeiro: DP&A editora.
 - LOPES, Jader Janer M.; VASCONCELLOS, Tânia de. 2005. **Geografia da Infância. Reflexões sobre uma área de pesquisa**. FEME, Juiz de Fora, FEME.
 - MAXIMIANO, Liz Abad. 2004. **Considerações sobre o conceito de paisagem** in RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise, Vol. 8, p. 83-91. Paraná: Editora UFPR.
 - MOREIRA, Ruy. 2002. **O espaço e o contra-espaço: sociedade civil e estado, privado e público na ordem espacial burguesa** in Território Territórios. Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense. Niterói
 - NUNES, Angela. 2002. **No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A'uwe-Xavante** in SILVA, Aracy L. et alli. 2002. **Crianças indígenas. Ensaios Antropológicos**. São Paulo: FAPESP/Global/Wari.
 - SANTOS, Milton. 2004. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SARMENTO, Manuel J. & PINTO, Manuel. 1997. **As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo** in SARMENTO, Manuel J. & PINTO, Manuel (org.) 1007. **As crianças contextos e identidades**. Centro de Estudos da Criança. Universidade do Minho. Portugal.